



TÉCNICO JUDICIÁRIO

Nome do Candidato

Inscrição

Nível

MÉDIO

PROVA

GRAN

Lembre-se de marcar
o modelo acima na
folha de respostas!

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com sessenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número desse documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser desenvolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: •
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no dia posterior à aplicação da prova no site do Instituto AOCP no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Baseado no formato de prova
aplicado pela banca AOCP



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
- **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
- **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2506126345M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJ PR

CARGO:

Técnico Judiciário

MODELO/BANCA:

AOCP

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

6/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

6/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**TJ – PR 1º SIMULADO – TÉCNICO
JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)****Língua Portuguesa****Lucas Lemos****País rico**

- 1 Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós que nele vivemos; não nos apercebemos bem disso, e até, ao contrário, o supomos muito pobre, pois a toda hora e a todo instante, estamos vendo o governo lamentar-se que não faz isto ou não faz aquilo por falta de verba.
- 2 Nas ruas da cidade, nas mais centrais até, andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calariça das sarjetas, aos quais o governo não dá destino, o os mete num asilo, num colégio profissional qualquer, porque não tem verba, não tem dinheiro. É o Brasil rico...
- 3 Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes. Pede-se à construção de outros bem situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico.
- 4 Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis. Todos observam o caso e perguntam:
- 5 – Se há tantas moças que desejam estudar, por que o governo não aumenta o número de escolas a elas destinadas?
- 6 O governo responde:
- 7 – Não aumento porque não tenho verba, não tenho dinheiro.
- 8 E o Brasil é um país rico, muito rico...
- 9 As notícias que chegam das nossas guarnições fronteiriças, são desoladoras. Não há quartéis; os regimentos de cavalaria não têm cavalos, etc., etc.
- 10 – Mas que faz o governo, raciocina Brás Bocó, que não constrói quartéis e não compra cavalcadas?
- 11 O doutor Xisto Beldroegas, funcionário respeitável do governo acode logo:
- 12 – Não há verba; o governo não tem dinheiro.

- 13 – E o Brasil é um país rico; e tão rico é ele, que apesar de não cuidar dessas coisas que vim enumerando, vai dar trezentos contos para alguns latagões irem ao estrangeiro divertir-se com os jogos de bola como se fossem crianças de calças curtas, a brincar nos recreios dos colégios.

- 14 O Brasil é um país rico...

Lima Barreto. Marginália, 8-5-1920.

1**Ao longo do texto, o autor:**

- (A) mostra-se indiferente aos problemas sociais.
(B) lamenta o crescimento urbano desordenado.
(C) assume uma postura irônica e acusatória.
(D) exalta a competência da administração pública.
(E) apresenta soluções técnicas para os problemas do Brasil.

2**O texto apresenta contradições entre a realidade social brasileira e o discurso oficial sobre a riqueza do país. Esse recurso é utilizado para:**

- (A) reforçar o orgulho nacional diante das conquistas da República.
(B) mostrar que o país é rico apenas em recursos naturais.
(C) denunciar a má gestão dos recursos públicos e a hipocrisia governamental.
(D) defender que o Brasil deve investir mais em esporte do que em educação.
(E) provar que a pobreza brasileira é fruto da natureza geográfica.

3**O vocábulo “para”, em “Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis” (quarto parágrafo), poderá ser substituído corretamente por**

- (A) a.
(B) a fim de.
(C) ademais.
(D) além de.
(E) até.

4

No trecho “o governo responde que não pode fazer porque não tem verba” (terceiro parágrafo), o vocábulo destacado introduz uma oração

- (A) coordenada explicativa.
- (B) subordinada substantiva objetiva indireta.
- (C) subordinada substantiva subjetiva.
- (D) subordinada adjetiva restritiva.
- (E) subordinada substantiva objetiva direta.

5

No trecho “andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calariça das sarjetas”, a palavra “perigosa” classifica-se como

- (A) preposição.
- (B) conjunção.
- (C) advérbio.
- (D) adjetivo.
- (E) substantivo.

6

Em “Não aumento porque não tenho verba” (sétimo parágrafo), a conjunção em destaque poderia ser substituída adequadamente por

- (A) entretanto.
- (B) conquanto.
- (C) porquanto.
- (D) portanto.
- (E) enquanto.

7

Assinale a alternativa que substitui adequadamente a palavra destacada em “Não há dúvida alguma” (primeiro parágrafo).

- (A) hão.
- (B) tem.
- (C) existem.
- (D) têm.
- (E) existe.

8

No trecho “Surgem epidemias pasmosas” (terceiro parágrafo), o verbo destacado exerce a função sintática de verbo:

- (A) intransitivo.
- (B) ligação.
- (C) transitivo direto.
- (D) transitivo indireto.
- (E) transitivo direto e indireto.

Matemática/Raciocínio Lógico

Diego Ribeiro**9**

Durante a análise de produtividade em uma vara do TJPR, observou-se que um técnico arquivava $\frac{2}{5}$ dos processos recebidos pela manhã e 60% dos processos recebidos à tarde. Em um determinado dia, ele recebeu 60 processos pela manhã e 90 à tarde. O percentual total de processos arquivados em relação ao total recebido no dia foi de:

- (A) 52%.
- (B) 64%.
- (C) 66%.
- (D) 68%.
- (E) 70%.

10

Dos 120 servidores de uma comarca, $\frac{3}{8}$ trabalham com processos cíveis, $\frac{2}{5}$ com processos criminais e os demais atuam na área administrativa. Sabendo que nenhum servidor atua em mais de uma área, indique a quantidade de servidores que atuam na área administrativa.

- (A) 19
- (B) 21
- (C) 23
- (D) 25
- (E) 27

11

Considere a proposição composta:

“Se o servidor cumpre seu expediente e entrega seus relatórios, então ele receberá gratificação.”

Assinale a proposição logicamente equivalente.

- (A) Se o servidor não receber gratificação, então ele não cumpriu o expediente ou não entregou os relatórios.
- (B) Se o servidor não cumpre o expediente, então ele não receberá gratificação.
- (C) O servidor receberá gratificação se e somente se cumprir o expediente ou entregar os relatórios.
- (D) O servidor não receberá gratificação apenas se não cumprir o expediente.
- (E) Nenhuma das anteriores.

12

O número de petições digitais protocoladas nos cinco primeiros dias úteis de um mês no TJPR segue a sequência: 12, 19, 26, 33, 40... Supondo que essa lógica continue, indique a quantidade de petições que serão protocoladas no 50º dia útil.

- (A) 461
- (B) 364
- (C) 267
- (D) 370
- (E) 355

13

Um técnico e um analista do TJPR devem digitalizar juntos 180 processos. O técnico digitaliza 2 por hora, enquanto o analista, 4 por hora. Se eles trabalharem juntos e terminarem em x horas, o valor de x será:

- (A) 20.
- (B) 28.
- (C) 24.
- (D) 30.
- (E) 27.

14

Em uma vara judicial, 5 técnicos conseguem digitalizar 300 processos em 6 horas. Considerando a mesma produtividade, indique a quantidade de processos que seriam digitalizados por 8 técnicos em 9 horas.

- (A) 640
- (B) 680
- (C) 720
- (D) 760
- (E) 800

15

Analise a seguinte proposição:

“Todos os processos que possuem prioridade legal são julgados com preferência.”

A negação correta dessa proposição é:

- (A) Alguns processos com prioridade legal não são julgados com preferência.
- (B) Nenhum processo é julgado com preferência.
- (C) Todos os processos são julgados com preferência.
- (D) Nenhum processo com prioridade legal é julgado com preferência.
- (E) Existe processo que é julgado com mais preferência que os outros.

16

A palavra CURITIBA foi repetida sucessivamente, formando a sequência abaixo, sem espaços: CURITIBACURITIBACURITIBACURITIBACURITIBACURITIBACURITIBA...

Considerando essa sequência infinita, a 100ª letra é:

- (A) C.
- (B) U.
- (C) I.
- (D) B.
- (E) A.

Noções de Informática

Leonardo Vasconcelos

17

Softwares utilitários são programas desenvolvidos para realizar tarefas de manutenção, otimização ou gerenciamento de recursos em um sistema computacional. Dentre as diversas categorias de utilitários, encontram-se os compactadores de arquivo. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de software cuja principal finalidade é a compactação e descompactação de arquivos.

- (A) Adobe Acrobat Reader
- (B) Mozilla Firefox
- (C) Microsoft Outlook
- (D) WinRAR
- (E) Windows Defender

18

O sistema operacional Windows 11 reorganizou algumas funcionalidades da sua interface em relação a versões anteriores. No que diz respeito ao acesso a configurações rápidas e notificações, que em versões anteriores eram agrupadas na Central de Ações, assinale a alternativa correta sobre a sua implementação no Windows 11.

- (A) A Central de Ações no Windows 11 mantém a mesma estrutura do Windows 10, combinando notificações e ações rápidas em um único painel, acessado pelo atalho de teclado Win + C.
- (B) O painel de Configurações Rápidas, que contém botões para Wi-Fi, Bluetooth e Modo Avião, é acessado ao clicar no conjunto de ícones de rede ou volume, ou pela tecla de atalho Win + A.
- (C) O Centro de Notificações no Windows 11 é acessado clicando-se no ícone de volume na barra de tarefas e sua principal função é abrigar os botões de Ações Rápidas, como o ajuste de brilho.
- (D) Para visualizar as notificações de aplicativos e do sistema, o usuário do Windows 11 deve utilizar o atalho de teclado Win + A, que abre um painel exclusivo para essa finalidade.
- (E) Tanto as notificações quanto as ações rápidas foram movidas para o Menu Iniciar no Windows 11, não existindo mais um painel lateral dedicado para essas funcionalidades.

19

Considere o trecho de texto a seguir, editado no Microsoft Word 365, para responder à questão.

“Conforme o Art. 5º, inciso II, da *Constituição Federal*, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de *lei*. Esse princípio é a base do Estado Democrático de Direito. A violação deste artigo pode acarretar sanções, conforme previsto no **Código Penal**.”

Assinale a alternativa que descreve corretamente todos os formatos de fonte aplicados ao trecho de texto “Código Penal”.

- (A) Apenas Negrito.
- (B) Apenas Sublinhado.
- (C) Negrito, Itálico e Sublinhado.
- (D) Itálico e Sobrescrito.
- (E) Negrito e Sublinhado.

20

No Microsoft Excel 365, a função SOMASE é utilizada para somar os valores em um intervalo que atendem a um critério especificado. Considere a planilha a seguir, que detalha despesas por categoria:

	A	B	C
1	Categoria	Valor	R\$ 400,00
2	Material	R\$ 150,00	
3	Trasnporte	R\$ 80,00	
4	Alimentação	R\$ 120,00	
5	Material	R\$ 200,00	
6	Trasnporte	R\$ 90,00	
7	Material	R\$ 50,00	

Sabendo que a célula C1 exibe o valor 400,00, que corresponde ao total de despesas da categoria “Material”, assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta que foi inserida na célula C1 para obter esse resultado.

- (A) =SOMASE(A2:A7; “Material”; B2:B7)
- (B) =SOMASE(B2:B7; “>100”; A2:A7)
- (C) =SOMASE(A2:A7; “Transporte”; B2:B7)
- (D) =SOMA(B2:B7)
- (E) =SOMASE(A2:A7; B2:B7; “Material”)

21

Para realizar buscas eficientes na Web, os mecanismos de pesquisa como o Google oferecem operadores de refinamento que permitem filtrar os resultados. Suponha que um servidor do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ PR) precise encontrar, no site do próprio tribunal (tjpr.jus.br), documentos em formato PDF sobre “processo administrativo”, mas deseja excluir da busca os resultados que mencionem a palavra “recurso”.

Assinale a alternativa que apresenta a consulta de busca corretamente formulada para atender a todos esses requisitos.

- (A) “processo administrativo” recurso filetype:pdf site:tjpr.jus.br
- (B) “processo administrativo” site:tjpr.jus.br OR filetype:pdf recurso
- (C) “processo administrativo” -recurso site:tjpr.jus.br filetype:pdf
- (D) “processo administrativo” filetype:pdf -site:tjpr.jus.br recurso
- (E) “processo administrativo” site:”tjpr.jus.br” filetype-pdf +recurso

22

Os navegadores de internet, como Google Chrome e Microsoft Edge, possuem diversas teclas de atalho que agilizam o acesso a suas funcionalidades. Sobre esses atalhos, assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre a combinação de teclas e a ação executada.

- (A) Ctrl + T: Fecha a guia (aba) de navegação atualmente em foco.
- (B) Ctrl + D: Abre a janela ou painel de gerenciamento de downloads realizados.
- (C) Ctrl + P: Recarrega a página web atual, buscando por uma versão mais recente no servidor.
- (D) Ctrl + H: Abre uma nova janela de navegação anônima ou privada.
- (E) Ctrl + J: Exibe a lista de arquivos que foram baixados (downloads) por meio do navegador.

23

A segurança da informação envolve a proteção de sistemas contra diversas ameaças digitais, conhecidas como malwares. Cada tipo de malware possui um método de operação e um objetivo específico. Sobre esses conceitos, assinale a alternativa que descreve corretamente o keylogger.

- (A) É um tipo de malware que se propaga automaticamente através de redes, explorando vulnerabilidades sem a necessidade de intervenção do usuário, com o objetivo de infectar o maior número de máquinas possível.
- (B) Trata-se de um software malicioso que criptografa os arquivos do computador da vítima e exige o pagamento de um resgate para restabelecer o acesso aos dados.
- (C) É um programa que se anexa a outros arquivos ou programas legítimos e, quando executado, se replica, infectando outros arquivos no sistema.
- (D) Consiste em um software ou hardware espião que tem a capacidade de registrar e armazenar todas as teclas digitadas pelo usuário em seu teclado, visando capturar informações sensíveis.
- (E) Refere-se a um programa que, aparentando ser útil e inofensivo, abre portas de comunicação não autorizadas no sistema, permitindo o controle remoto por um invasor.

24

A inteligência artificial generativa tem se tornando uma ferramenta cada vez mais presente em diversas atividades. Um dos exemplos mais conhecidos é o ChatGPT. Sobre a natureza e a principal funcionalidade do ChatGPT, assinale a alternativa correta.

- (A) É um sistema de inteligência artificial, baseado em um grande modelo de linguagem (LLM), projetado para compreender e gerar texto de forma conversacional em resposta às solicitações do usuário.
- (B) Trata-se de um mecanismo de busca que rastreia a internet em tempo real para fornecer links de páginas da web, funcionando de maneira idêntica ao Google Search.
- (C) É um software de armazenamento em nuvem cuja função principal é a de realizar o backup automático de arquivos e pastas do computador de um usuário.
- (D) Consiste em um sistema operacional completo, que substitui o Windows ou o Linux, oferecendo uma interface gráfica baseada exclusivamente em conversação.
- (E) É uma ferramenta de segurança que analisa o tráfego de rede para bloquear ameaças como vírus e malwares, funcionando como um firewall de nova geração.

Legislação

Eduardo Galante**25**

Em relação à Constituição Estadual do Paraná, assinale a alternativa correta.

- (A) As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- (C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, salvo nos casos previstos em lei.

- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (E) A admissão nas empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias da administração indireta estadual depende de aprovação prévia em Processo Seletivo de provas, títulos ou de provas e títulos.

26

Nos termos da Lei n. 16.024/2008, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, aponte a alternativa correta.

- (A) Em relação à estrutura organizacional da carreira, haverá no máximo 6 (seis) níveis em cada classe.
- (B) O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- (C) Aos afrodescendentes serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da convocação, prorrogável por até 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração.
- (E) Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos a contar da posse, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo.

27

Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, marque a alternativa correta.

- (A) Anualmente, o Corregedor-Geral da Justiça realizará correição, ordinária ou extraordinária, presencial ou virtual, em pelo menos 50% (cinquenta por cento) das unidades jurisdicionais.
- (B) A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça é constituída pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça, Ouvidor-Geral da Justiça e Corregedor.

- (C) A correição virtual, realizada de forma remota e admitida para as correições ordinárias, extraordinárias e especiais, gerais, parciais ou específicas, abrangerá a análise quantitativa, qualitativa e legal das informações obtidas dos sistemas informatizados.
- (D) Nenhuma unidade jurisdicional ficará sem fiscalização por mais de dois anos.
- (E) Compõem o Tribunal: I – o Tribunal Pleno; II – o Órgão Especial; III – o Conselho da Magistratura; IV – a cúpula diretiva; V – a Ouvidoria-Geral; VI – oito Seções Cíveis; VII – a Seção Criminal; VIII – vinte Câmaras Cíveis; IX – seis Câmaras Criminais; X- cento e trinta e cinco Desembargadores.

28

Em conformidade com a Lei n. 14.277/2003, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, de juizes e dos serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem, marque a alternativa correta.

- (A) O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por 142 (cento e quarenta e dois) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.
- (B) Um quinto (1/5) dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de vinte (20) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de vinte anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (C) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça, Ouvidor-Geral de Justiça e Corregedor.
- (D) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.
- (E) O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais oito (8) Desembargadores mais antigos do Tribunal.

29

Nos termos do Decreto-Lei n. 592/2024 – PR, que dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, marque a alternativa correta.

- (A) À Corregedoria Geral do Tribunal compete, dentre outras atribuições, exercer e coordenar a representação processual nos feitos que demandem a defesa institucional e o resguardo da autonomia do Poder Judiciário do Estado do Paraná, isolada ou conjuntamente com outro(s) Consultor(es) Jurídico(s) também designado(s) pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
- (B) O Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos é composto de Coordenação, Assessoria, Comissão de Inteligência e Secretaria Executiva.
- (C) Ao Núcleo de Saneamento Recursal da Assessoria de Recursos aos Tribunais Superiores compete, dentre outras atribuições, conferir o preenchimento dos pressupostos recursais extrínsecos dos processos que lhe são encaminhados pelo Núcleo de Triagem.
- (D) Ao Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete, dentre outras atribuições, realizar estudos, pesquisas, criação e desenvolvimento de projetos e programas inovadores, visando ao aperfeiçoamento das atividades judiciais, financeiras, institucionais, correicionais e administrativas.
- (E) Ao Conselho de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete, dentre outras atribuições, fornecer recomendações estratégicas ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao Corregedor-Geral do Tribunal e ao Ouvidor-Geral do Tribunal sobre temas relacionados à pesquisa, ao desenvolvimento, ao controle institucional e à inovação.

30

Nos termos da Lei n. 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, indique a alternativa correta.

- (A) O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.
- (B) O controlador e o operador podem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse ou no instrumento decisivo de estratégias da administração pública.
- (C) O Conselho Diretor da ANPD será composto de 7 (sete) diretores, excluído o Diretor-Presidente.
- (D) Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fundação de natureza estratégica, dotada de autonomia técnica, administrativa e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.
- (E) Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta Lei em relação aos dados pessoais, até o seu término.

Direito Constitucional**Vinicius Marques****31****Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) O poder constituinte derivado reformador está sujeito a limitações formais e materiais, previstas na própria Constituição Federal de 1988.
- (B) O poder constituinte originário é juridicamente ilimitado e se manifesta na criação de uma nova Constituição, rompendo com a anterior.
- (C) O poder constituinte derivado decorrente é atribuído aos Estados-membros para a elaboração de suas Constituições estaduais, desde que observados os princípios da Constituição Federal.
- (D) O poder constituinte originário é limitado pelos direitos fundamentais previstos em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.
- (E) O poder constituinte originário é incondicionado, inicial e soberano, sendo expressão direta da vontade popular.

32**Acerca dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos, entre outros, a soberania e a dignidade da pessoa humana.
- (B) A separação dos Poderes é considerada fundamento da República Federativa do Brasil, sendo prevista no artigo 1º da Constituição Federal.
- (C) A Constituição de 1988 adota o princípio da intervenção como diretriz das relações internacionais, possibilitando a atuação do Brasil em conflitos armados externos, com vistas à defesa da paz.

- (D) A construção de uma sociedade justa, livre e igualitária constitui fundamento da República, sendo elemento de sua rigidez constitucional.
- (E) O pluralismo político é objetivo da República, estando previsto no artigo 3º da Constituição Federal, sem relação com os fundamentos do Estado.

33**Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.**

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo facultado o anonimato sempre que a opinião não representar discurso de ódio ou ofensa à honra.
- (B) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, salvo no caso de crimes hediondos, em que é admitida a responsabilização penal objetiva.
- (C) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre ou fundadas suspeitas.
- (D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- (E) É garantido o sigilo das comunicações telegráficas e de dados, sendo vedada qualquer forma de quebra judicial desse direito.

34**Acerca das ações e remédios constitucionais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.**

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por entidade de classe em nome de seus associados, mesmo que estes não estejam filiados à época da impetração, conforme pacificado pelo STF.
- (B) Conforme entendimento sumulado do STF, compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.
- (C) O mandado de injunção é cabível quando a ausência de norma regulamentadora inviabiliza o exercício de direito constitucional previsto em norma de eficácia contida.

- (D) A ação popular é instrumento de controle de legalidade dos atos administrativos praticados com desvio de finalidade, mesmo quando praticados por pessoas jurídicas de direito privado que exerçam serviço público por delegação.
- (E) O *habeas data* é cabível contra pessoa jurídica de direito público ou privado que detenha informações relativas à pessoa do impetrante, devendo este demonstrar a recusa expressa de acesso a tais dados como condição de admissibilidade.

35

Sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à Justiça, à luz da Constituição Federal, da doutrina e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público, por integrar a estrutura do Poder Judiciário, tem garantida a inamovibilidade apenas relativa, podendo ser removido de ofício no interesse da administração, conforme deliberação do chefe do Poder Executivo.
- (B) A advocacia pública, por exercer função típica de representação judicial do Estado, deve sujeitar-se diretamente à hierarquia do Poder Executivo, sem garantias funcionais, eis que atua por delegação administrativa.
- (C) A Defensoria Pública, como instituição permanente e autônoma, possui prerrogativa de postulação extrajudicial e judicial, inclusive com legitimidade para impetração de *habeas corpus* e mandado de segurança coletivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal exerce exclusivamente jurisdição constitucional, não podendo atuar como instância recursal em matérias de legalidade ou infrações ordinárias processuais.
- (E) Os tribunais de contas, como órgãos auxiliares do Poder Judiciário, exercem funções jurisdicionais próprias e podem aplicar sanções penais ou declarar nulidade de atos administrativos com força de coisa julgada.

Noções de Direito Administrativo

Maria Júlia

36

Carlos, prefeito municipal, nomeou sua filha, advogada formada e com ampla experiência, para o cargo de secretária municipal de saúde. O Ministério Público moveu ação alegando ofensa à moralidade administrativa.

- (A) A nomeação é ilegal, pois a Súmula Vinculante 13 proíbe qualquer nomeação de parentes, inclusive para cargos políticos.
- (B) A nomeação é legal, desde que o parente aprovado em concurso público tenha tomado posse antes da nomeação.
- (C) A nomeação é presumivelmente ilegal, mas poderá ser considerada válida se houver qualificação técnica e ausência de favorecimento.
- (D) A nomeação é sempre válida, pois cargos políticos estão fora do alcance da moralidade administrativa.
- (E) A nomeação é inválida, mesmo com qualificação técnica, pois fere o princípio da igualdade previsto na Constituição.

37

A Secretaria de Cultura de um município pretende contratar, com recursos públicos, um cantor nacionalmente consagrado para apresentação em evento comemorativo. A contratação será feita diretamente, sem processo licitatório, mediante comprovação de cachê e justificativa de notório reconhecimento.

- (A) Deve ocorrer por dispensa de licitação, por se tratar de evento emergencial.
- (B) É irregular, pois qualquer show exige licitação, ainda que o artista seja consagrado.
- (C) É possível por inexigibilidade, desde que demonstrada a consagração pública do artista e inexigibilidade de competição.
- (D) Só pode ocorrer via concurso público específico para atividades culturais.
- (E) Exige concorrência pública, por envolver prestação de serviço com valor superior ao limite legal.

38

Carlos recebeu autorização da prefeitura para realizar uma feira cultural em praça pública. Após diversas reclamações da vizinhança por excesso de ruído e lixo, a Administração revogou a autorização concedida, alegando descumprimento das condições estabelecidas no ato. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que melhor classifica a conduta da Administração.

- (A) Trata-se de revogação, pois a Administração pode desconstituir atos por conveniência e oportunidade.
- (B) Trata-se de cassação, por descumprimento das condições do ato pela parte beneficiária.
- (C) Trata-se de anulação, pois houve ilegalidade no ato de autorização.
- (D) O ato é ineficaz, pois não observou a publicidade como requisito de validade.
- (E) É hipótese de caducidade, por alteração posterior da norma legal que fundamentava a autorização.

39

João, servidor público federal, impôs multa a um particular que descumpriu norma de segurança sanitária municipal. O particular, ao ser notificado, se recusou a pagar a multa de forma voluntária. Considerando os atributos do poder de polícia, é correto afirmar:

- (A) A multa imposta é dotada de autoexecutoriedade, podendo ser cobrada pela Administração sem necessidade de intervenção judicial.
- (B) A Administração pode utilizar meios coercitivos indiretos para obrigar o pagamento da multa, como o bloqueio direto de bens do devedor.
- (C) A multa aplicada decorre do exercício do poder disciplinar, pois houve descumprimento de norma por um administrado.
- (D) A multa é dotada de exigibilidade, mas não possui autoexecutoriedade, sendo necessária ação judicial para sua cobrança forçada.
- (E) A cobrança da multa independe de previsão legal, pois se trata de poder discricionário da Administração.

40

A Prefeitura do Município Alfa firmou contrato com uma entidade privada para realizar, de forma temporária, a limpeza urbana da cidade, permanecendo o município com a titularidade do serviço. Trata-se, portanto, de um caso de:

- (A) Descentralização por serviços (outorga), pois houve transferência da titularidade e execução do serviço.
- (B) Descentralização funcional, pois a limpeza urbana é função típica do Estado.
- (C) Desconcentração, uma vez que a atividade foi redistribuída dentro da estrutura da própria pessoa jurídica.
- (D) Descentralização por colaboração (delegação), pois apenas a execução do serviço foi transferida, com manutenção da titularidade pelo Estado.
- (E) Parceria com organização paraestatal, o que configura contrato de gestão.

Noções de Direito Civil

Cristiny Rocha**41**

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- (A) A lei posterior sempre revoga a anterior, independentemente de incompatibilidade ou de regulação integral da matéria.
- (B) O desconhecimento da lei pode ser alegado como justificativa para seu descumprimento, quando comprovada a ausência de dolo ou culpa.
- (C) A revogação de uma lei implica necessariamente a restauração automática da norma revogada anteriormente por ela.
- (D) Em caso de omissão da lei, o juiz deve decidir o caso exclusivamente com base nos princípios constitucionais.
- (E) A lei nova que dispõe sobre matéria geral ou especial a par de outras já existentes não revoga nem modifica a lei anterior, salvo se houver incompatibilidade ou revogação expressa.

42

De acordo com a LINDB, no que se refere à motivação e invalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) As decisões administrativas podem ser fundamentadas exclusivamente em princípios jurídicos abstratos, dispensando a análise das consequências práticas.
- (B) A motivação de uma decisão administrativa não precisa justificar a medida adotada, bastando a indicação da norma legal violada.
- (C) Na invalidação de atos administrativos, não é necessário apontar as consequências jurídicas e administrativas da decisão, desde que haja vício formal.
- (D) A decisão que invalida ato administrativo deve indicar, quando cabível, as condições para que a regularização ocorra de forma proporcional e equânime, evitando a imposição de ônus anormal ou excessivo.
- (E) A LINDB estabelece que a regularização de atos inválidos deve sempre gerar perdas aos envolvidos, como forma de desestimular novas irregularidades.

43

De acordo com as disposições do Código Civil brasileiro sobre o domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa correta.

- (A) A mudança de domicílio ocorre apenas com a declaração expressa do interessado perante a autoridade judicial competente.
- (B) A pessoa natural que possui diversas residências alternadas deve indicar uma delas como domicílio oficial para que produza efeitos jurídicos.
- (C) O lugar onde a pessoa é encontrada será considerado domicílio apenas nos casos de ausência temporária de residência habitual.
- (D) O domicílio profissional da pessoa natural será único, ainda que ela exerça sua atividade em localidades distintas.
- (E) A pessoa natural pode ter como domicílio qualquer de suas residências, quando alternadamente viva em mais de uma.

44

Com base nas disposições do Código Civil sobre bens imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos reais sobre imóveis, bem como as ações que os asseguram, são considerados bens imóveis para efeitos legais.
- (B) As edificações removidas do solo perdem, automaticamente, a natureza de bem imóvel.
- (C) Os materiais retirados de um prédio para venda ou doação deixam de ser considerados bens imóveis, ainda que haja intenção de reaproveitamento.
- (D) A sucessão aberta é considerada bem imóvel para todos os efeitos legais, inclusive para fins de registro e partilha.
- (E) São considerados bens imóveis apenas os terrenos e construções diretamente ligados ao solo, excluindo-se os direitos e ações a eles relacionados.

45

Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta sobre a obrigação alimentar.

- (A) A obrigação alimentar em relação à pessoa idosa é personalíssima e não admite solidariedade entre os obrigados.
- (B) A pessoa idosa pode optar entre os prestadores da obrigação alimentar, diante de sua natureza solidária.
- (C) A obrigação alimentar da pessoa idosa deve ser exigida exclusivamente por via judicial, não sendo admitida solução extrajudicial.
- (D) Ainda que a pessoa idosa esteja em situação de miserabilidade, o Estado não pode ser compelido a fornecer alimentos, por se tratar de obrigação da família.
- (E) As transações sobre alimentos feitas perante o Ministério Público ou a Defensoria Pública não possuem eficácia executiva por ausência de sentença judicial.

Noções de Direito Processual Civil**Cristiny Rocha****46**

Com base nas regras de competência dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência do Juizado Especial Cível abrange causas de natureza alimentar, desde que não ultrapassem o valor de quarenta salários mínimos.
- (B) O Juizado Especial Cível é competente para ações possessórias sobre bens imóveis, desde que o valor da causa não ultrapasse o limite de quarenta salários mínimos.
- (C) As ações de despejo para uso próprio não são admitidas no âmbito do Juizado Especial Cível, por envolverem direito real sobre imóvel.
- (D) A competência do Juizado Especial não alcança a execução de seus próprios julgados, sendo necessário processo executivo autônomo na Justiça comum.
- (E) Nas ações de reparação de dano, a competência é exclusiva do foro do domicílio do réu, não sendo possível a opção por outro foro.

47

Com base na Lei n. 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público têm prazo em dobro para a prática de atos processuais nos Juizados Especiais, inclusive para interposição de recursos.
- (B) O reexame necessário é obrigatório nas sentenças proferidas contra a Fazenda Pública que excedam os quarenta salários mínimos.
- (C) Não se aplica o reexame necessário às causas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, conforme previsão legal expressa.
- (D) Os representantes judiciais da Fazenda Pública, presentes em audiência, somente poderão transigir ou desistir mediante prévia autorização judicial específica.
- (E) Aperícia técnica, se necessária à causa, será realizada exclusivamente por perito oficial vinculado ao respectivo ente federado, não podendo o juiz nomear outro profissional.

48

Sobre a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, nos termos dos arts. 303 e 304 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A petição inicial, nos casos de urgência contemporânea à propositura da ação, deve conter apenas o pedido de tutela provisória, sendo dispensável a indicação do pedido final.
- (B) Concedida a tutela antecipada, o autor está dispensado de aditar a petição inicial, podendo apenas confirmar a medida nos autos.
- (C) A ausência de recurso contra a decisão que concede a tutela antecipada não tem qualquer efeito sobre sua estabilidade.
- (D) Se o juiz indeferir a tutela antecipada por ausência de elementos, o processo será extinto imediatamente, sem possibilidade de regularização.
- (E) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

49

Com base nas disposições legais acerca da decretação de nulidade dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) Declarada a nulidade de um ato processual, todos os atos subsequentes deverão ser necessariamente anulados, independentemente de haver ou não prejuízo.
- (B) O juiz, ao reconhecer um vício de forma no processo, deve obrigatoriamente anular todo o procedimento, ainda que os atos possam ser aproveitados sem prejuízo às partes.
- (C) Mesmo que possa proferir sentença favorável à parte prejudicada pelo ato viciado, o juiz deverá, obrigatoriamente, declarar a nulidade para assegurar a legalidade formal.
- (D) A nulidade de ato processual não será declarada se este não tiver causado prejuízo à parte, aproveitando-se o ato que tenha cumprido a sua finalidade.
- (E) Constatado o vício de forma em um ato processual, o juiz deverá anular o processo desde o início, pois não se admite convalidação de vício formal.

50

De acordo com o art. 1.012 do CPC, assinale a alternativa correta sobre o efeito suspensivo da apelação.

- (A) A apelação, como regra, não possui efeito suspensivo, exceto quando expressamente determinado pelo juiz ou tribunal.
- (B) A sentença que condena ao pagamento de alimentos somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado, em razão da necessidade de segurança jurídica.
- (C) A sentença que revoga tutela provisória produz efeitos imediatamente após a publicação, sendo possível o cumprimento provisório da decisão.
- (D) Mesmo nas hipóteses legais de exclusão do efeito suspensivo, é vedado ao relator suspender os efeitos da sentença em sede recursal.
- (E) Após a distribuição da apelação, o pedido de atribuição de efeito suspensivo deve ser dirigido exclusivamente ao juiz de primeiro grau.

Noções de Direito Penal

Renato Pulz

51

O princípio segundo o qual não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, está diretamente relacionado ao

- (A) princípio da intervenção mínima.
- (B) princípio da insignificância.
- (C) princípio da legalidade.
- (D) princípio da culpabilidade.
- (E) princípio da humanidade das penas.

52

Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei penal mais gravosa aplica-se retroativamente, desde que beneficie a coletividade.
- (B) A lei penal só se aplica ao território nacional, sendo irrelevante onde o crime foi cometido.
- (C) O princípio da territorialidade impede qualquer aplicação da lei penal brasileira fora do território nacional.
- (D) A revogação de uma lei penal incriminadora não afeta os efeitos penais da condenação já transitada em julgado.
- (E) A lei penal posterior que de qualquer forma favoreça o agente aplica-se retroativamente.

53

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública, segundo o Código Penal Brasileiro.

- (A) O crime de peculato só pode ser praticado por particular, mediante fraude contra a administração pública.
- (B) A corrupção passiva exige que o agente público receba vantagem indevida, sendo irrelevante se ele solicita ou aceita a promessa.
- (C) O crime de concussão ocorre quando o servidor público exige, para si ou para outrem, vantagem indevida.
- (D) O crime de prevaricação pode ser praticado por qualquer cidadão que retarde ou deixe de praticar ato de ofício.
- (E) O crime de corrupção ativa é praticado pelo servidor público que oferece vantagem indevida ao particular.

54

Sobre a Lei n. 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, marque a alternativa correta.

- (A) Segundo o texto da lei, as práticas homofóbicas também configuram o crime de racismo.
- (B) A lei considera racismo somente as práticas discriminatórias por motivo de raça ou de cor.
- (C) O *animus jocandi* exclui a tipicidade do crime de racismo.
- (D) O crime de injúria racial não inclui a discriminação contra religião e deficiência.
- (E) Impedir uma pessoa de entrar em um restaurante em função de sua cor de pele não é crime, afinal, é um local privado, e o dono pode escolher seus clientes.

55

Sobre a Lei n. 13.869/2019, conhecida como Lei do Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei do Abuso de Autoridade permite que agentes públicos utilizem de meios ilegais para obter provas em investigações criminais.
- (B) A lei prevê punições para agentes públicos que, no exercício da função, excedam manifestamente na execução de seus poderes, causando prejuízo a outrem.
- (C) A Lei n. 13.869/2019 só se aplica a policiais civis e militares, excluindo juízes e membros do Ministério Público.
- (D) De acordo com a Lei do Abuso de Autoridade, apenas crimes cometidos com violência física são considerados abuso de autoridade.
- (E) A lei extingue todas as formas de controle e fiscalização sobre atos praticados por agentes públicos no exercício da função.

Noções de Direito Processual Penal

Renato Pulz

56

No âmbito do processo penal, diferentes sistemas processuais refletem distintos graus de proteção aos direitos do acusado e da sociedade. Considerando os princípios e os sistemas processuais penais, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema inquisitivo é pautado na ampla defesa e no contraditório, sendo adotado integralmente pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) O sistema acusatório caracteriza-se pela concentração das funções de acusar, defender e julgar em um único órgão, geralmente o juiz.
- (C) O princípio do contraditório é incompatível com o sistema acusatório, sendo exclusivo do sistema inquisitivo.
- (D) O processo penal brasileiro é acusatório, com separação das funções de acusar e julgar.
- (E) O sistema acusatório não tem previsão em lei.

57

Em relação ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial é um procedimento judicial preparatório, público e contraditório, que visa à formação da culpa do investigado.
- (B) O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia, não podendo ser substituído por outro tipo de investigação.
- (C) O delegado de polícia pode arquivar o inquérito policial quando entender que não há indícios de autoria ou materialidade.
- (D) O investigado é obrigado a participar ativamente da investigação no inquérito policial, inclusive com a produção de provas em sua defesa.
- (E) O inquérito policial é um procedimento administrativo, inquisitivo, sigiloso e escrito, destinado à apuração de infrações penais e sua autoria.

58

No que se refere à prova no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão do acusado, por si só, é suficiente para fundamentar a condenação, mesmo que esteja em desacordo com as demais provas dos autos.
- (B) As provas ilícitas podem ser admitidas no processo penal quando forem obtidas por particulares sem qualquer vínculo com o Estado.
- (C) O juiz pode determinar a produção de provas de ofício apenas durante a fase de investigação preliminar, e não durante a instrução processual.
- (D) A ilicitude de uma prova contamina todas as provas dela derivadas, salvo se for demonstrada a existência de uma fonte independente ou se a descoberta da prova seria inevitável.
- (E) O art. 226 do CPP, no que diz respeito ao reconhecimento pessoal, é uma mera recomendação, não gerando nulidade seu descumprimento.

59**Sobre a prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.**

- (A) A prisão em flagrante só pode ser realizada por autoridade policial, sendo vedada a sua realização por qualquer outra pessoa.
- (B) Considera-se em flagrante aquele que é encontrado cometendo a infração penal ou que acaba de cometê-la.
- (C) A prisão em flagrante não admite relaxamento, mesmo se for ilegal, pois se trata de medida cautelar urgente.
- (D) A comunicação da prisão em flagrante ao juiz deve ocorrer no prazo de 10 dias, conforme o Código de Processo Penal.
- (E) Na falta ou no impedimento do escrivão, a autoridade policial poderá designar somente outro agente policial para lavrar o auto.

60**A respeito da prisão temporária, nos termos da legislação vigente (Lei n. 7.960/1989), assinale a alternativa correta.**

- (A) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz, sem provocação do Ministério Público ou da autoridade policial.
- (B) A prisão temporária poderá ser decretada apenas se o indiciado ou investigado estiver preso em flagrante.
- (C) A prisão temporária tem prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período, em qualquer tipo de crime.
- (D) A prisão temporária é medida aplicável exclusivamente após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- (E) A prisão temporária exige decisão judicial fundamentada, sendo cabível quando imprescindível para as investigações e o crime estiver expressamente previsto na lei, em rol taxativo.

Discursiva (Redação)**Lucas Lemos**

TEXTO MOTIVADOR

A desinformação tem se tornado uma das mais graves ameaças às democracias no século XXI. Com o avanço das redes sociais, informações falsas ganham alcance e velocidade sem precedentes, interferindo em decisões eleitorais, prejudicando campanhas de saúde pública e estimulando conflitos sociais. Mais do que um problema de comunicação, as fake news tornam-se ferramenta de manipulação ideológica e desestabilização institucional.

Adaptado de: Tribunal Superior Eleitoral; BBC News; OCDE, 2023.

A partir da leitura do texto motivador e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem formal, sobre o tema:

OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA FRENTE À DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Instruções e Rascunho para Discursiva

- O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
 - a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- Use caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta para redigir a resposta de sua Discursiva.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
TÉCNICO JUDICIÁRIO
1º SIMULADO

FOLHA DE RESPOSTAS

TÉCNICO JUDICIÁRIO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva